

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM CURRÍCULO E DIVERSIDADE: GÊNERO, RAÇA E ETNIA**

CAMPO GRANDE, MS

Junho, 2016

- Aprovado pela Deliberação CPPG/CEPE N° 182, de 3 de agosto de 2016.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia, instituída por meio da Portaria UEMS nº. 024/2016, de 17.03.2016 publicada no Diário Oficial nº. 9.129, de 21.03.2016, p. 06, tem como membros os seguintes docentes:

- Prof^ª. Dr^ª. Léia Teixeira Lacerda – Presidente
- Prof^ª. Dr^ª. Beatriz dos Santos Landa
- Prof^ª. MSc. Cíntia Santos Diallo
- Prof^ª. Dr^ª. Kátia Cristina Nascimento Figueira
- Prof^ª. Dr^ª. Maria José de Jesus Cordeiro Alves
- Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes Silva
- Prof^ª. Dr^ª. Maria Leda Pinto

SUMÁRIO

1. DO CURSO	5
1.1 Proponentes.....	5
1.2 Instituições Parceiras.....	5
1.3 Nome.....	5
1.4 Área de concentração.....	5
1.5 Área de conhecimento.....	5
1.6 Corpo docente.....	5
2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	6
2.1 Histórico da UEMS.....	6
2.2 Histórico da Unidade Universitária de Campo Grande.....	7
2.2.1 Histórico da Unidade Universitária de Dourados.....	9
2.2.2 Histórico do Lato Sensu.....	10
2.3 Justificativa.....	11
3. OBJETIVOS.....	20
3.1 Geral.....	20
3.1 Específicos.....	21
4. PERFIL PROFISSIONAL PRETENDIDO.....	21
5. PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	22
6. LINHAS DE PESQUISA.....	22
7. ESPECIFICIDADES DO CURSO.....	23
7.1 Público alvo.....	23
7.2 Certificação.....	23
7.3 Abrangência.....	23
7.4 Número de vagas.....	23
7.5 Aluno especial.....	23
7.6 Carga horária.....	23
7.7 Periodicidade.....	24
7.8 Período de funcionamento.....	24
7.9 Processo seletivo.....	24
7.10 Matrícula.....	24
7.11 Coordenação de curso.....	25
7.12 Professor orientador.....	25
7.13 Do Colegiado de curso.....	25
8. METODOLOGIA E RECURSOS.....	26
8.1 Da metodologia.....	26
8.2 Dos recursos.....	28
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	30
9.1 Matriz Curricular.....	30
10. CERTIFICAÇÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	31
10.1 Trabalho de conclusão do curso.....	31
10.2 Avaliação da aprendizagem.....	31
11. SEMINÁRIO DE PESQUISA.....	32
12. CARACTERÍSTICAS DAS DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS.....	34
12.1 Disciplina: Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE.....	34
12.2 Disciplina: Currículo, Cultura e Diversidade	34

12.3	Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Educação.....	35
12.4	Disciplina: Educação, Gênero e Sexualidade.....	36
12.5	Disciplina: Políticas Públicas e Programas de Inclusão para a Educação Étnico-Racial e de Gênero no Brasil.....	37
12.6	Disciplina: História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul.....	39
12.7	Disciplina: História e Cultura Africana e Afro-brasileira.....	40
12.8	Disciplina: Linguística Indígena.....	41
12.9	Disciplina: As Práticas Educativas e as Relações Étnico-Raciais e de Gênero na Escola.....	43
12.10	Disciplina: Projeto Político Pedagógico das Escolas na Perspectiva da Educação Étnico-Racial e de Gênero.....	46
12.11	Disciplina: Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira.....	47
12.12	Disciplina: Seminário de Pesquisa.....	48
13.	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	49
13.1	Financiamento.....	49
13.2	Custos.....	49
14.	INFRAESTRUTURA.....	49
14.1	Instalações.....	49
14.2	Laboratórios.....	49
14.3	Reprografia.....	50
14.4	Equipamentos.....	50
14.5	Acervo Bibliográfico.....	50
15.	REFERÊNCIAS.....	51
	ANEXO I – QUADRO DE DOCENTES E DISCIPLINA.....	53
	ANEXO II – QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROFESSORES.....	54

1. DO CURSO

1.1 Identificação do Curso

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia.

1.2. Proponente

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade – CELMI/UEMS da (Unidade Universitária de Campo Grande) e do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – CEPEGRE/UEMS, da (Unidade Universitária em Dourados).

1.3. Instituições Parceiras

O Curso será desenvolvido pela UEMS em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), nas Unidade Universitária de Campo Grande e Dourados.

1.4. Área de Concentração

Ciências Humanas

1.5. Área de Conhecimento

Educação; Tópicos Específicos de Educação

1.6. Corpo Docente

O corpo docente do curso deverá ser constituído por no mínimo 50% (cinquenta por cento) de professores portadores de título de mestre ou doutor, obtido em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação e avaliado pela CAPES. E também no mínimo 50% (cinquenta por cento) de professores efetivos e cedidos da UEMS, cadastrados em grupo de pesquisa do CNPq na área ou em área afim do curso.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1. Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o

disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. O credenciamento foi concedido por meio da Deliberação CEE/MS nº 7447, de 29 de janeiro de 2004, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, prazo este prorrogado pela Deliberação CEE/MS nº 8955, de 16 de dezembro de 2008, por três anos, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. Mais recentemente, no ano de 2012, a UEMS obteve novo credenciamento por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 9943, de 19 de dezembro de 2012, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

Além da sede em Dourados, a UEMS possui Unidades Universitárias em outros 14 municípios, anteriormente chamadas de Unidades de Ensino e hoje denominadas Unidades Universitárias, pois além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, imprescindíveis para o fazer universitário.

Ainda é importante ressaltar que a UEMS no cumprimento de sua missão de democratizar o conhecimento pelo interior do Estado possui Polos de Apoio Presencial em Água Clara, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Miranda e em São Gabriel, com cursos de Educação a Distância (EaD) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Já as Unidades Universitárias estão presente nos seguintes municípios: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Dourados (Sede), Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã.

Tantos os Polos quanto as Unidades vem possibilitando o desenvolvimento regional nos aspectos culturais, intelectuais e econômico, condição que tem dado a UEMS uma certa notoriedade pelas suas ações e atendimento de demandas sociais junto a sociedade de forma geral como também atendendo a necessidade de elaboração de políticas públicas junto a órgãos públicos.

Cabe particularmente ressaltar que, no momento da criação da UEMS, o quadro educacional no Estado não era satisfatório em relação ao Ensino Fundamental e Médio, no que diz respeito à qualificação do corpo docente, sendo, portanto, de extrema necessidade uma ação da Universidade, visando à superação das dificuldades. Além disso, em 1996, a LDB nº. 9394 determinou a exigência mínima de formação superior para a atuação docente em todos os níveis.

Diante do grande número de professores leigos nas redes oficiais de ensino, a UEMS, no final da década de 1990, assumiu o desafio de reverter esse quadro, intervindo, por meio de formação inicial e continuada, na melhoria da Educação Básica em Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, destacamos a seguir algumas ações implementadas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a fim de garantir a todos os egressos uma formação acadêmica e profissional de qualidade, de tal forma que possam utilizar todo o seu potencial em ações transformadoras e benéficas à Educação Básica, com o apoio das metodologias da Educação a Distância.

Desde o início da sua trajetória, a UEMS visava a atender as necessidades da sociedade Sul-Mato-Grossense, objetivando contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado e do seu povo. Dessa forma, a UEMS continua consolidando seus princípios como instituição pública sempre atenta às necessidades do Estado desenvolvendo ações, oferecendo Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão nas diversas áreas do conhecimento e da atuação humana, tornando-se uma respeitada instituição para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado.

2.2. Histórico da Unidade Universitária de Campo Grande

A Unidade Universitária de Campo Grande foi criada por meio da Resolução COUNI/UEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001. O intuito da universidade em interiorizar suas Unidades foi o de democratizar o acesso à educação superior pública, aproximando esta das demandas, ou seja, atendendo as necessidades regionais, especialmente na formação de professores, com a finalidade de equilibrar a oferta da educação superior no Estado em oportunidades e qualidade.

As atividades na Unidade de Campo Grande foram iniciadas com a oferta do Curso Normal Superior se constituiu em um Projeto com período previsto de funcionamento e conclusão (2000 a 2010). Após o seu término foi implantado em 2008 o Curso de Pedagogia, Licenciatura, em substituição ao mesmo. Desde o início da sua trajetória, a UEMS visava a atender as necessidades da sociedade Sul-Mato-Grossense, objetivando contribuir

efetivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado e do seu povo. ição gradativa ao Normal Superior, este não mais como projeto e, portanto, consolidando a missão da UEMS, enquanto instituição formadora de profissionais capacitados, também nessa região.

O Curso de Pedagogia foi aberto à população, mantendo e aperfeiçoando a forma de oferecimento com a utilização de metodologias da Educação a Distância, utilizando as experiências construídas ao longo de uma década com o Curso Normal Superior, para a organização de outros Cursos, inclusive *lato e stricto sensu*.

Dessa forma, a UEMS ofereceu além dos Cursos de Licenciatura, Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* como o de Fundamentos em Educação e de Educação Especial, ambos em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, oferecido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município de Campo Grande, resultados da necessidade de ampliar a formação de docentes do Estado, qualificando-os em áreas específicas.

No primeiro semestre de 2010 foram implantados os Cursos de Artes Cênicas e Dança; Geografia, Letras com habilitação em Português/Espanhol, Português/Inglês, Bacharelado em Letras e o Curso de Turismo e, em 2011, o Primeiro Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado em Letras, da Unidade.

Em 2012, a Unidade conseguiu junto à Capes, a aprovação e implantação de dois programas de mestrado, o Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional - PROFLETRAS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Mestrado Profissional em Educação - PROFEDUC.

No início de 2015, a instituição implantou a Primeira Turma do Curso de Bacharelado em Medicina e no segundo semestre, no dia 03 de agosto, a UEMS inaugurou, após 14 (quatorze) anos, sua sede própria da capital sul-mato-grossense.

Portanto, considerando a necessidade do Estado em formar professores especializados em relações étnico-raciais e de gênero como elementos constitutivos do currículo e, de acordo com o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais e legislações vigentes que tratam destes temas, que indicam essa necessidade de qualificação de docentes e de gestores para garantir o acesso, a permanência e a progressão dessas populações na sociedade.

Assim, a presente proposta de Especialização está vinculada aos seguintes Centros de Pesquisa, Ensino e Extensão da UEMS:

O Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagens, Memória e Identidade de Mato Grosso do Sul – (CELMI) que tem como objetivo promover a pesquisa, o ensino e a extensão, bem como difundir as informações coletadas, publicar os resultados de pesquisas desenvolvidas por seus membros em livros e revistas especializadas, fomentando o debate teórico metodológico e trazer a público, em seminários, reuniões científicas e congressos nacionais e internacionais. Além disso, prima também pelo desenvolvimento de ações de projetos de ensino e de extensão articulados as temáticas de trabalho que vêm sendo desenvolvidas.

O CELMI, sediado na Unidade de Campo Grande está organizado de acordo com as temáticas: Educação, Linguagem e Sociedade, e com as linhas de pesquisa: 1. Currículo, Formação Docente e Diversidade; 2. História, Sociedade e Educação; 3. Linguagem, Educação e Cultura com a finalidade de organizar as atividades dos laboratórios de ensino, pesquisa e extensão previstos no Regulamento do referido Centro.

2.2.1. Unidade Universitária de Dourados

A Unidade Universitária de Dourados constitui-se como sede da UEMS desde a sua criação em 1994. Possui infraestrutura administrativa da gestão central (reitoria, vice-reitoria, pró-reitorias, diretorias e demais setores) além de uma gerência específica da Unidade. Atualmente possui mais de 30 salas de aulas, dois anfiteatros e diversos laboratórios para atendimento do ensino, pesquisa e extensão dos 16 cursos de graduação, 04 mestrados, 01 doutorado e 05 especializações já implantados. Conta ainda com 03 (três) CEPEXs, dentre eles o centro que oferta esta Especialização no local.

O Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – (CEPEGRE) que tem como objetivo propor, subsidiar, articular monitorar e avaliar políticas públicas e políticas de ação afirmativa, ligadas às questões de educação, gênero e sexualidade, cultura, raça e etnia, com foco no processo de inclusão para o acesso, permanência e conclusão na Educação Básica e Superior. Visa ainda, por meio do diálogo e participação efetiva junto aos demais sistemas de educação, órgãos governamentais, não governamentais e Movimentos Sociais – local, regional, nacional e internacional - desenvolver estudos e ações na luta contra os processos de discriminação, racismo, homofobia, xenofobia, violência contra a mulher e demais formas de violências.

O CEPEGRE, sediado em Dourados, está organizado com base nas linhas de pesquisa dos grupos que o compõe: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia

Grupo de GEPEGRE; Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Interculturalidade e Inclusão – GEPEI e o Grupo de Estudos Culturais, Semióticos e Fronteiriços da UEMS – GESC.

2.2.2. Histórico do Curso lato sensu

A diversidade das relações étnico-raciais e de gênero é um tema historicamente relevante para promover a investigação e o debate no processo de formação docente, no entanto, em Mato Grosso do Sul, ainda é um ponto de preocupação para os professores da rede de ensino, que sentem necessidade de um maior preparo nessa área — especialmente sobre uma reflexão da inclusão dessas temáticas no currículo escolar — ainda muito nova para a maior parte desses profissionais.

Dessa maneira, é preciso considerar o currículo que, de acordo com Sacristán e Gomez (1998) deve ser concebido como processo, que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou fechadas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente. Para compreendê-lo e, principalmente, para elaborá-lo e implementá-lo de modo a transformar o ensino, é preciso refletir sobre os diferentes momentos históricos vividos por uma determinada sociedade.

A ausência da história e cultura Indígena, afro-brasileira e africana nos currículos escolares, marca o comprometimento destes com uma cultura e ideologia eurocêntrica e excludente, que não leva em consideração a singularidade da formação do povo brasileiro, historicamente nega e/ou reprime os valores e as tradições de afro-brasileiros, indígenas e dos demais grupos discriminados da nossa sociedade. Essa é uma ideologia a serviço da manutenção das estruturas vigentes, constituindo-se, desse modo, em um terreno fértil para que os estudantes brancos(as), negros(as) e indígenas, homens e mulheres, adultos e crianças reproduzam e vivenciem preconceitos e atitudes racistas adquiridos na escola e em outras instituições sociais como a família e a igreja, entre outras.

No intuito de trabalhar para a concretização de ações educativas voltadas à superação das desigualdades entre negros/as e brancos/as, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996) foi alterada pela Lei Nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que instituiu como obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Posteriormente foi publicada a Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008 que altera a LDB com a finalidade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena reforçando a função da escola de promover o respeito e a valorização da diversidade que constitui o povo brasileiro. E também os

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais (1998), que aborda a educação sexual e as relações de gênero na escola.

Nesse sentido, para esses professores é fundamental o acesso a programas de formação continuada que lhes permitam a reflexão sobre sua prática, por meio de um currículo que considere suas tradições e códigos culturais. Um currículo que contemple os processos históricos das práticas educativas indígenas, afro-brasileiras e quilombolas, desenvolvidas no Brasil no percurso de 500 anos, assim como, os processos históricos das práticas linguísticas hoje existentes entre os indígenas, fruto da necessidade de optarem ou não por serem bilíngues, ou monolíngues em português e suas implicações para a organização da escola indígena e quilombola específica.

O enfrentamento dessas questões pressupõe uma reflexão academicamente amadurecida que permita ao docente negro, negra e indígena, agente natural desse processo, a construção de uma *práxis* escolar adequada ao currículo das suas tradições, crenças e saberes culturais.

Diante disso, o oferecimento desse Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia pela UEMS, vem ao encontro dos anseios de professores da rede pública estadual de ensino, que manifestaram o desejo de se aperfeiçoarem, tendo em vista sua qualificação profissional, a partir de documentos legais e referenciais inovadores que possibilitem a compreensão das relações étnico-raciais e de gênero, em toda a sua complexidade no currículo escolar e práticas educativas e pedagógicas no contexto da Educação Básica.

O curso em tela permite a articulação entre dois CEPEXs (CELMÍ e CEPEGRE), suas linhas de pesquisa e pesquisadores/as, oriundos das áreas de educação/pedagogia, letras, história e direito. Além disso, serão convidados/as outros/as pesquisadores/as para participação especial em disciplinas e nos seminários inaugural e final do curso.

2.3. Justificativa

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade: gênero, raça e etnia, oferecido na modalidade presencial, com 20% a distância têm como objetivo qualificar os professores da Rede Pública Estadual de Ensino para atuarem em sala de aula, tendo em vista a necessidade de aprofundar estudos relativos aos aspectos sócio-históricos, filosóficos, políticos, culturais e educativos sobre as populações indígenas, afro-brasileiras e as relações de gênero, no processo de implementação desses conteúdos nos currículos escolares.

A discussão sobre currículo compreende uma reflexão que nos remete a questionamentos sobre o ato de ensinar e aprender, tais como: o que, como, por que, para quê e para quem será apresentado um determinado conteúdo. Dessa forma, sua complexidade transcende o âmbito escolar, visto que envolvem questões políticas, ideológicas, práticas sociais e históricas que têm provocado um rico debate sobre sua constituição no campo do conhecimento.

No entanto, essa condição não se esgota nela mesma — ao se pensar na relação da escola com o conhecimento socialmente produzido e acumulado — tendo em vista que assume contornos que extrapolam o espaço físico escolar. Desse modo, a organização do currículo clássico recebeu contraposição de vários teóricos com os quais nos deteremos nas diferentes disciplinas que constituem a presente proposta de Especialização. Como exemplo, temos as contribuições de Bobbitt, Dewey e Tyler que se colocam em contraposição à organização curricular clássica e com estreita vinculação às necessidades da sociedade industrializada.

Dessa perspectiva, antes de apresentar a discussão sobre o que vem a ser currículo vamos refletir sobre as concepções históricas de currículo e as teorias que a sustentam. É importante refletir sobre a análise de Goodson (1995) no que diz respeito à construção histórica do currículo. Para este autor a etimologia é reveladora visto que a origem latina *Scurrere* que significa curso, correr, indica que currículo é um caminho a ser seguido. De posse dessa constatação, o autor afirma que o vínculo existente entre currículo e prescrição foi fortalecido no período do calvinismo - no final do século XVI — que fornecia as bases para a ideia de disciplina em sociedade, emergindo a explicitação da relação entre conhecimento e controle. O currículo, assim, seria organizado sob as bases da ordem que lhe forneceria sequência interna e disciplina, que lhe daria coerência estrutural.

Dessa forma, o século XVI constitui-se no marco referencial do currículo, embora a organização desse currículo, de certa forma, já estivesse presente nos estudos do *Trivium e Quadrivium* das sete artes liberais dos séculos XII e XIII. Após o desenvolvimento da indústria com a organização da produção calcada no taylorismo, o princípio organizacional da administração científica foi transposto por Bobbitt para a educação escolar que se revestiu de caráter tecnicista.

Assim, para a esfera da indústria havia a separação entre quem fazia e quem executava as tarefas, deixando aos primeiros a tarefa intelectual e aos segundos a tarefa de executar o trabalho manual. No campo da educação também haveria a distinção formativa para as funções a serem desempenhadas socialmente, entendendo, portanto, a educação como um instrumento de preparação para o trabalho.

Com a perspectiva de uma educação estruturada em uma escola ativa, Dewey partia do pressuposto de que a escola proporcionaria uma formação calcada na cidadania. Capacitava, dessa forma, os alunos para a convivência na sociedade liberal capitalista que compreendia, em linhas gerais, os currículos clássicos como distantes da vida real, cultural e psicológica dos estudantes e estruturaria as bases para a concepção de educação escolanovista em que a educação deveria se voltar para a ação em detrimento da instrução. No Brasil, a influência da Escola Nova fez-se sentir no otimismo e entusiasmo pedagógico, princípios que norteavam a defesa da educação como fator preponderante para alavancar o Brasil rumo ao desenvolvimento.

A partir dos anos 1960 e 1970 os debates em torno das concepções curriculares tecnicistas e escolanovistas se acirraram resultando em novas compreensões sobre a temática, amplamente estudadas e categorizadas pelas Teorias Curriculares Tradicionais, Críticas e Pós-Críticas.

As diferentes representações de currículo, expressas por meio da adoção dessas teorias, guiam, portanto, as ações que se desenvolvem no âmbito da escola, em que ação e representação constituem-se em um processo único que tem a participação coletiva da comunidade escolar como eixo dessa associação. Assim a construção do currículo deve ser compreendida, nesta perspectiva, como um trabalho colegiado, participativo e integrado dentro da escola.

O currículo é uma seleção cultural e se configura como uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos e que deve ser contextualizada. Além disso, as funções que o currículo cumpre — como expressão do projeto de cultura e socialização — são realizadas por meio de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que se constituem em torno de si. (SACRISTÁN, 2000).

Assim, a concepção de currículo que fundamenta a presente proposta de especialização é de um “[...] projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada” (2000, p. 34).

Dessa maneira, o currículo se constitui na vida da escola, incluindo a comunidade e o seu entorno, as diversas redes de relações que perpassam o cotidiano da escola e de seus atores, tendo em vista que é importante considerarmos a história das instituições escolares, implementação do currículo, as teorias que a sustentaram, anteriormente citadas, entre elas a pós-crítica que na atualidade fundamentam o currículo que considera as temáticas da diversidade.

Podemos afirmar que as teorias de currículo tradicionais, críticas e pós-críticas formam um conjunto de representações, imagens, reflexões, signos que produzem e descrevem uma realidade sobre o que significa currículo. É ainda, um campo de estudo que se define pelos conceitos que utiliza para conceber a realidade — nesse caso, a realidade do que é “currículo”.

Desta forma, a abordagem das relações étnico-raciais e de gênero, no currículo escolar, não pode ser concebida em uma perspectiva dissociada da sociedade em que está inserida e da cultura enquanto modo de ser, de agir e de pensar de um grupo, povo ou nação, pois os códigos culturais organizam a vida social, variando de sociedade para sociedade em diferentes épocas.

A vertente dos estudos culturais no campo do currículo escolar busca compreender como

Territórios de produção, circulação e consolidação de significados, como espaços privilegiados de concretização de políticas de identidade. Quem tem força nessa política impõe ao mundo suas representações, o universo simbólico de sua cultura particular¹.

Com base nos teóricos da Teoria Crítica, Paraíso² indica a pluralidade de temas presentes na produção pós-crítica:

[...] o conhecimento (e seus efeitos de verdade e de poder), o sujeito (e os diferentes modos e processos de subjetivação), os textos educacionais (e as diferentes práticas que estes produzem e instituem). Essas pesquisas têm problematizado as promessas modernas de liberdade, conscientização, justiça, cidadania e democracia, tão difundidas pelas pedagogias críticas brasileiras, abdicado da exclusividade da categoria classe social e discutido, também, questões de gênero, etnia, raça, sexualidade, idade (Louro, 1995). Têm discutido questões dos tempos e espaços educacionais, mostrando os processos de feitura da escola moderna, bem como pensado, de diferentes formas, a diferença, a identidade e a luta por representação. Têm aberto mão da função de prescrever, de dizer aos outros como devem ser, fazer e agir. Têm, acima de tudo, buscado implodir e radicalizar a crítica àquilo que já foi significado na educação, e procurado fazer aparecer o que não estava ainda significado.

O volume dos estudos se pautaria, então, basicamente em torno de três linhas mais discutidas pela autora³ sobre:

- as relações de poder na educação;

¹ COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, V. M. (org). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 38

² PARAÍSO, Marluce Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio-ago. 2004, p. 287.

³ Id. Ibid.

- o sujeito em suas relações de identidade, subjetividade e modos de subjetivação;
- a descrição e análise de como se constrói a artificialidade na produção de saberes da educação em seus aspectos de conhecimento, verdades e discursos.

A multiplicidade de temas revela a indagação do sujeito em suas diferentes práticas discursivas que o conformam, entendendo que a subjetividade ou a formação do sujeito está relacionada diretamente com essas práticas dentro ou fora da escola, combinada ou não para a regulação das condutas.

Além da centralidade do sujeito a autora aponta que as verdades cristalizadas na educação também emergem como foco de discussão no âmbito dos currículos, dos saberes educacionais e dos conhecimentos considerados legítimos, destacando a artificialidade do processo de construção do conhecimento, das verdades e dos saberes educacionais.

A corrente pós-crítica possui, portanto, uma diversidade de estudos que se aproximam do questionamento instituído pela ótica da sujeição ao poder, por meio do discurso que se presentifica em toda a rede social e dialoga com a Filosofia, Administração, Psicologia, Sociologia, Ciência Política, História, Teoria da Literatura, Fenomenologia, Estudos Culturais, entre outras áreas do conhecimento, enquanto um projeto social e cultural construído também na circunscrição das políticas transnacionais e supranacionais.

Segundo Gomes (2007), para realizarmos qualquer discussão ou análise sobre currículo, é necessário identificar se a diversidade se constitui em uma preocupação dos professores (as), de alguns grupos de profissionais dentro da escola, de gestores do sistema educacional ou se já ocupa lugar de destaque no currículo e nas preocupações pedagógicas. É importante ainda constatar como ela se apresenta no currículo e qual o espaço que ocupa no cotidiano escolar. De acordo com a autora:

Os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação tendem a ficar mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem. Todavia, há uma tensão nesse processo. Por mais que a diversidade seja um elemento constitutivo do processo de humanização, há uma tendência nas culturas, de um modo geral, de ressaltar como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando um certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente⁴.

⁴ GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (orgs). Indagações sobre o currículo: Diversidade e currículo. Brasília: MEC; SEB, 2007, p. 18.

Dessa perspectiva, abordar as questões relações étnico-raciais e de gênero entre outras que perpassam a vida humana — seu desenvolvimento em todos os aspectos e suas relações sociais e afetivas em todos os espaços sociais e na escola — vai além do discurso de tolerância que se constata na maioria dos materiais didáticos, propostas curriculares, pedagógicas e práticas docentes e de gestão.

Para mudar esse cenário e a história da educação centrada no eurocentrismo necessitam-se da implementação de um novo currículo que proponha reflexões e se constitua por meio de novas práticas com vistas a uma nova cultura escolar.

No que se refere ao campo institucional, em Mato Grosso do Sul, Cordeiro⁵ afirma que ao assumir as questões afirmativas em seus cursos de graduação, a UEMS torna-se a primeira Universidade a regulamentar o acesso de indígenas e negros, por meio de cotas. O amparo legal a esse ingresso se deu por meio das Leis nº. 2.589, de 26/12/2002, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas, e a de nº. 2.605, de 06/01/2003, que dispõe sobre a reserva de 20% das vagas para negros.

Desta forma, propõe, junto aos gestores e professores da Rede Estadual de Ensino, uma discussão a respeito das relações de gênero e da diversidade étnico-racial, que constitui a formação do povo brasileiro, cumprindo assim, sua missão diante da educação Sul-Mato-Grossense.

Na última década, o debate sobre a dinâmica das relações étnico-raciais, de gênero na sociedade brasileira e as ações afirmativas têm se ampliado na esfera pública e, sobretudo nas instituições escolares. Nesse sentido, o momento atual mostra-se favorável para a realização de ações educativas voltadas à superação das desigualdades entre homens e mulheres indígenas, brancos/as e negros/as. Para tanto, é preciso promover um compromisso público do Estado brasileiro, que é signatário, desde 1968, de vários Tratados e Convenções Internacionais voltados para o enfrentamento e a eliminação das diversas formas de discriminação⁶.

⁵ CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. **Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso.** 2008. 249f. Tese. (Doutorado em Educação – Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁶ Os Tratados de Direitos Humanos garantem direitos aos indivíduos; estabelecem as obrigações do Estado em relação aos direitos; criam mecanismos para monitorar a observância dos Estados em relação às suas obrigações e permitem que os indivíduos busquem compensações pela violação dos seus direitos. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), Convenção III da OIT sobre Discriminação no Emprego e na Profissão (1968) e, mais recentemente, da Carta da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001).

Os indicadores educacionais, em particular, evidenciam a intensidade e o caráter estrutural do padrão de discriminação étnico-racial e de gênero no Brasil. Ao longo do século XX observa-se um contínuo aumento dos níveis de escolaridade média dos brasileiros, no entanto, a diferença de escolaridade média entre brancos/as, indígenas e negros/as se mantém perversamente estável entre as gerações.

De acordo com as primeiras análises da situação da educação brasileira, realizada por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - e publicada no *Comunicado n.º 66 do* - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA⁷, a escolaridade da população brasileira com idade a partir de 15 anos atingiu, em 2009, a média de 7,5 anos de estudos. A evolução desse indicador revela que no período examinado (1992 a 2009) ocorreu uma ampliação de cerca de 0,14 anos de estudo ao ano na média. Com isso, levou-se 17 anos para ampliar em 2,3 anos a média de anos de estudo da população. Considerando-se essa taxa anual de crescimento, faltam, ainda, cerca de cinco anos para se atingir, em média, a escolaridade originalmente prevista na Constituição Federal de 1988, (Ensino Fundamental ou 8 anos de estudo).

Essa taxa de crescimento varia de região para região. A região Centro-Oeste apresenta um crescimento de 0,19 anos, enquanto na região Norte o crescimento anual foi de apenas 0,10 anos. Com isso, em 2009, os extremos são as regiões Sudeste (8,2 anos) e Nordeste (6,3 anos). O diferencial entre essas regiões vem se mantendo desde o início da série em cerca de 2 anos. Desse modo, apenas a região Sudeste ultrapassou, em termos médios, a escolarização mínima estabelecida pela Constituição Federal.

Segundo a análise do IPEA (2010) na categoria localização, a população urbana/metropolitana tem, na média, 3,9 anos de estudo a mais que a população rural, atingindo 8,7 anos de estudo. No quesito cor/raça observa-se que os negros tem menos 1,7 ano de estudo, em média, que os brancos.

Diante disso, os dados atuais apresentados pelo *Comunicado n.º 66 do IPEA* (2010), ainda estão bem próximos dos dados levantados pelo Censo do IBGE em 2000, ou seja, a média de estudo de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; enquanto que um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 1,7 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens.

⁷BRASIL. IPEA. Disponível em

site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf Acesso em 20 Abr. 2016.

Após a Constituição Brasileira de 1988 e por meio de legislações subsequentes (Diretrizes, 1994⁸; LDB N°. 9.394/96, Referenciais, 1998⁹; Resolução da CEB (Câmara de Educação Básica) N°. 03/99¹⁰; Referenciais, 2002¹¹), o currículo da Educação Escolar Indígena deve ser implementado no Brasil, considerando o caráter intercultural, comunitário, específico, diferenciado, bilíngue e multilíngue das etnias.

Nesse processo, ganha relevância a figura do professor(a) indígena e quilombolas por serem agentes naturais de escolarização em seu contexto de ação, na medida em que também se apropriam de forma étnica dos conhecimentos veiculados pela escola, estando assim mais preparado para o processo específico de escolarização de crianças e jovens indígenas e quilombolas.

Dessa forma, torna-se possível a construção de uma pedagogia inclusiva que se expressa no processo escolar por meio de dois princípios curriculares fundamentais: o respeito aos processos próprios de aprendizagem e a utilização da língua materna nesse processo educativo. Nesse sentido, é preciso investir na formação continuada de professores indígenas e quilombolas, atuantes em seus contextos étnicos, preparando-os por meio de metodologias e conhecimentos teóricos que lhes possibilitem uma atuação que permita uma reflexão sobre seu contexto social, racial, cultural e educacional.

Os programas específicos de formação inicial, voltados para os professores indígenas e quilombolas — que lhes possibilitam discutir, em sua formação, as questões da educação escolar — tornou-se uma prática na UEMS, desde a oferta do curso Normal Superior Indígena, em 2002 e 2003, para os professores Terena e Guarani das regiões de Aquidauana e Amambai. A partir do processo seletivo de 2004, a Universidade adotou o sistema de cotas, reservando 10% de suas vagas para os indígenas e 20% para os negros, em todos os seus cursos de graduação, ampliando, dessa forma, a inclusão de todas as etnias e raças do Estado e inclusive de outros Estados.

A maioria dos professores indígenas e quilombolas graduados recebeu essa formação em cursos não específicos, com currículos que não contemplavam disciplinas, conteúdos e docentes que promovessem a discussão e o registro das questões específicas de seu contexto étnico-racial e cultural.

⁸ DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. 2. ed. Brasília: MEC;SEF;DPEF, 1994. (Cadernos de educação básica. Série institucional, 2).

⁹ BRASIL. MEC;SEF. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC;SEF, 1998.

¹⁰ BRASIL. CNE. Resolução CEB n. 3, de 10 nov. 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p. 58, por ter saído com incorreção no original.

¹¹ BRASIL. MEC;SEF. *Referenciais para Formação de Professores Indígenas*. Brasília: MEC;SEF, 2002.

De acordo com o IBGE¹² o Estado do Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil com cerca de 50.000 índios. Além da questão quantitativa, essas populações também são caracterizadas por um avançado “estado de Interculturalidade”, aspecto que aponta para um maior índice de escolarização em nível médio e superior. Por essa razão, há uma demanda de professores indígenas e não indígenas, para o ingresso em cursos de Pós-Graduação que proponham a especificidade das práticas pedagógicas desenvolvidas tanto em escolas localizadas em terras indígenas quanto no espaço urbano.

Em relação a população negra de Mato Grosso do Sul, no Censo de 2010¹³ verifica-se um crescimento da ordem de 7,1% de autodeclarados pretos e pardos em relação ao censo de 2000. Os negros somam hoje no Estado 48,5% contra 47,3% de autodeclarados brancos. Os outros 4,2% referem-se aos indígenas e amarelos. Além disso, de acordo com a Fundação Palmares¹⁴ o Estado possui 22 (vinte e duas) comunidades remanescentes de quilombos, algumas com documentação e até escola com currículo específico — como, por exemplo, a Comunidade de Furnas do Dionísio — e outras em processo de demarcação e reconhecimento. Portanto, justifica-se a oferta desse curso com recorte específico.

A discussão sobre gênero sofreu uma inflexão a partir dos estudos da historiadora norte-americana Joan Scott¹⁵ no final da década de 1980 ao conceituar gênero como social em oposição ao determinismo biológico. As relações concretas e simbólicas da vida social e as conexões de poder podem ser desveladas a partir das problematizações sobre a naturalização das diferenças e as construções sociais das desigualdades binárias.

No interior da escola as singularidades sobre as identidades de homens, de mulheres, para ficarmos apenas nesses dois, emerge aspectos relativos à divisão sexual de papéis, ao controle social sobre esses papéis e suscitam ao professor substrato teórico para lidar de forma consequente com as situações cotidianas.

Diante do exposto, o presente Curso oportunizará aos profissionais do Sistema de Ensino da Educação Básica Sul-Mato-Grossense um aprofundamento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação para as Relações Étnico-Raciais, as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Quilombola, Gênero e Diversidade Sexual na Escola, bem como, um amplo estudo do ensino de História e Cultura Indígena, Afro-brasileira e Africana,

¹² BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

¹³ Id. Ibid.

¹⁴ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral da comunidade remanescentes de quilombos (CRQs)**. Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/TABELA_CRQs_COMPLETA-Atualizada-31-12-15.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

¹⁵ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

contidos nas demais legislações nacionais vigentes, a exemplo dos temas transversais sugeridos que evidenciam as diferenças culturais e raciais, com a perspectiva de incorporá-los ao currículo, dialogando com as antigas reivindicações dos movimentos sociais brasileiros, especialmente o Movimento Negro, Indígena e de Mulheres.

Dessa forma, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia, será ofertado na modalidade presencial, com 20% da carga horária das disciplinas a distância, o que permite um processo de aprendizagem mais flexível, no qual os pós-graduandos, devidamente orientados, podem estudar em sua própria casa ou no seu local de trabalho, possibilitando maior interlocução com colegas de outras cidades, por meio da comunicação de redes de professores que discutem os temas investigados. Devemos levar ainda em consideração que a demanda por esse tipo de formação só poderá ser atendida com a conjugação de várias metodologias de ensino e aprendizagem.

A UEMS ofertará o referido Curso na Unidade Universitária de Campo Grande e na Unidade Universitária de Dourados, com o objetivo de atender as demandas da Secretaria de Estado de Educação para a formação continuada de profissionais que atuam no cotidiano escolar. Assim, o presente Curso se justifica diante da necessidade de qualificar os profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino com o objetivo de atender as leis federais nº. 10.639/03 e 11.645/08 que tornam obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, além das demais legislações em vigor.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1 Geral

Promover a qualificação em nível de Pós-Graduação *lato sensu* na modalidade presencial de profissionais da Educação Básica, assegurando-lhes formação política e pedagógica adequada ao planejamento, à análise, à orientação e à avaliação de propostas, que correspondam aos avanços do conhecimento no campo da educação para as relações étnico-raciais, de gênero e da valorização das culturas negra e indígena, tanto em relação ao exercício da docência quanto à concretização de pesquisas e práticas – formais e/ou alternativas.

3.2 Específicos

- Qualificar gestores(a)s e professores(as) para implementar as temáticas de gênero, raça e etnia nos currículos e projetos político-pedagógicos das escolas;
- Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, do registro, bem como a divulgação dessas práticas pedagógicas realizadas nas escolas do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Possibilitar a aprendizagem em ambientes virtuais, com troca de experiências entre os participantes, com a produção de textos com autoria dos profissionais da educação;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas no campo das Relações étnico-raciais e de gênero, com publicações autorais.

4. PERFIL DO EGRESSO

Os profissionais formados no Curso de pós-graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia, devem apresentar em sua atuação profissional as seguintes características:

- ser investigativo diante da realidade educacional brasileira para dimensionar o papel da educação, da escola, do ensino, como intencionalidades históricas dos homens, considerando o dinamismo da realidade multirracial, inter/pluriétnica, multicultural, social, política e econômica.
- buscar continuamente o desenvolvimento de uma consciência política e profissional que seja alimentada pela crítica das questões educacionais, pela autocrítica às suas próprias ações e pela busca constante da instrumentalização teórica, política e técnica, tendo em vista o respeito e a igualdade nas relações étnico-raciais e de gênero.
- Registrar e publicar os resultados das investigações realizadas no campo das Relações étnico-raciais e de gênero, evidenciando o exercício autoral e reflexivo proposto nas práticas pedagógicas.

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios que norteiam o Curso inspiram-se na busca pela compreensão da natureza do processo educativo, portanto, referem-se aos seus aspectos éticos, políticos, sociais e pedagógicos.

Esses princípios têm como finalidade a transformação do papel da educação e da escola levando em consideração os movimentos sociais, a história da sociedade brasileira em um contexto mundial em que predomina a produção de conhecimentos científico-tecnológicos. São inovações que possibilitam aos homens melhores condições de vida, mas também relações econômicas e políticas complexas que geram, contraditoriamente, realidades sociais discrepantes, relações conflitantes e discriminatórias entre os povos.

No Curso, essa reflexão permitirá ao professor a compreensão dessa lógica social e das relações raciais e de gênero que geram, ao mesmo tempo, limites, mas também possibilidades

de atuação desse professor na escola para a promoção e melhoria do processo educacional dos cidadãos.

Desta maneira, torna-se necessária a busca de caminhos para preparar os profissionais da educação para uma atuação no contexto social — tão dinâmico, quanto complexo — que exige conhecimentos diversificados, não só para o mercado de trabalho, mas, sobretudo para a convivência social responsável e ética, na qual predomine o respeito às diferenças e a promoção à igualdade não apenas formal, mas de cidadania e de direito.

6. LINHAS DE PESQUISA

Os Grupos de Pesquisa: *Educação, Cultura e Diversidade* – vinculado ao CELMI e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero, Raça e Etnia – vinculado ao GEPEGRE definem as linhas de pesquisa para orientar os pós-graduandos na elaboração de seus projetos de pesquisa são:

- A Diversidade e a Formação de Professores em Mato Grosso do Sul;
- Educação e Cultura das Populações Indígenas, Negras e Quilombolas;
- Instituições Escolares em Perspectiva Histórica e Acesso e Permanência de Negros e Indígenas na Educação Superior.
- Formação de professores para a educação das relações étnico-raciais
- Formação docente, currículo e práticas educativas.

7. ESPECIFICIDADES DO CURSO

7.1 Público Alvo

O curso será destinado para profissionais da Educação Básica, no exercício da função de magistério, portadores de diplomas de Cursos de licenciatura e de outros Cursos de graduação e de áreas afins, legalmente registrados pelos órgãos competentes, desde que comprovem efetivo exercício de atividade de natureza educacional na Educação pública do Estado.

7.2. Certificação

Será concedido o certificado de Especialista em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia para o pós-graduando que cumprir todas as etapas e os créditos previstos no curso e obtiver, no mínimo, conceito “C” e ter apresentado o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

em audiência pública, diante de uma Comissão Examinadora constituída pelo orientador/a do trabalho de pesquisa e dois docentes convidados, preferencialmente, professores/as que atuaram no Curso, aprovados pelo Colegiado.

7.3 Abrangência

O Curso será ofertado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nas Unidades Universitárias de Campo Grande e de Dourados.

7.4 Número de vagas

Serão ofertadas 50 (cinquenta) vagas na Unidade Universitária de Campo Grande e 50 (cinquenta) vagas na Unidade de Dourados, totalizando 100 (cem) vagas.

7.5 Aluno Especial

Não será admitido aluno especial, em razão do Curso estar vinculado ao Termo de Cooperação Técnica, Científica e Financeira estabelecido entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

7.6 Carga horária

A carga horária total do curso é de 360 (trezentos e sessenta) horas, não computadas o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). A carga horária de cada disciplina será constituída por unidade de crédito, sendo que cada unidade corresponderá a 15(quinze) horas de atividades.

7.7 Periodicidade

O Curso, de caráter temporário, terá a duração mínima de 12 e máxima de 18 meses sendo que o período destinado para oferecimento das disciplinas e trabalho de conclusão de curso será previsto em calendário acadêmico aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

7.8 Período de funcionamento

O Curso terá a duração de no mínimo 12 (doze) e no máximo 18 (dezoito) meses, conforme normas vigentes da UEMS, considerando que a data de matrícula dos ingressantes será tomada como referência para a contagem dos prazos. O detalhamento das etapas e

atividades será submetido às instâncias da UEMS responsáveis pela aprovação e publicado em edital. Portanto, o funcionamento do Curso seguirá o Calendário Acadêmico aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE-UEMS).

7.9. Processo seletivo

Poderão se inscrever ao processo seletivo do Curso os docentes efetivos da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, desde que portadores de diploma de curso superior na área educacional de validade nacional.

O processo de seleção para os candidatos inscritos será organizado por uma comissão composta por docentes vinculados à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dessa maneira, todos os critérios avaliativos serão estabelecidos pela referida comissão e publicados em Edital.

7.10 Matrícula

Terá direito à matrícula regular o candidato aprovado no processo de seleção e classificado dentro do número de vagas ofertadas. A matrícula para ingresso dos aprovados no processo seletivo deverá ser realizada mediante requerimento específico, local, data e horários estabelecidos em edital.

7.11 Da Coordenação do Curso

A coordenação do Curso será realizada por uma professora do quadro efetivo da UEMS, sendo uma em cada Unidade Universitária de oferta, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato vigente pelo período de oferta e conclusão do curso e as atribuições da Coordenação do Curso estão previstas no Regulamento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Currículo e Diversidade – Gênero, Raça e Etnia, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE/UEMS nº 1624, de 24 de maio de 2016.

7.12. Professor/a Orientador/a

O grupo de docentes orientadores/as do Curso tem como função específica orientar os projetos das atividades práticas a serem desenvolvidas na escola de origem e da pesquisa de TCC dos pós-graduandos, cumprir os procedimentos regimentais para a apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será composto por:

- a) Professores(as)-pesquisadores(as) do Curso que comprovem pesquisas, trabalhos ou experiência na área da Educação, Currículo, Gênero, Raça e Etnia.
- b) professores, a serem selecionados por meio de edital específico, que apresentem a titulação mínima, de mestres e doutores, prevista na legislação e, na ausência desses profissionais serão aceitos professores com titulação de especialista.
- c) professores deverão comprovar o desenvolvimento de pesquisas, trabalhos e/ou experiência na área da Educação e/ou de áreas da diversidade e das relações étnico-raciais.

7.13 Do Colegiado de curso

O Colegiado do Curso será constituído pelos representantes docentes e por um representante discente. Todos deverão ser eleitos pelos seus pares durante o período de oferta do curso. A constituição de um Colegiado de Curso prevista no Regulamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* visa — para além das exigências regimentais — garantir a participação de todos os envolvidos no processo de execução do Projeto Pedagógico para o alcance dos objetivos na formação dos pós-graduandos. As reuniões do Colegiado poderão ser realizadas utilizando-se de ferramentas de mídia, de modo on-line.

8. METODOLOGIA E RECURSOS

8.1. Da Metodologia

A perspectiva metodológica adotada nesta proposta de Especialização denominada Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia, possibilitará ao pós-graduando a compreensão da relação entre teoria e prática fundamentada, de acordo com o Artigo 1º da Resolução CNE/CP nº. 01/2006, como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional construído nas relações étnico-raciais e de gênero que influenciam conceitos, princípios e objetivos das Ciências da Educação. Articulam-se, dessa forma, conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento; diálogo entre diferentes visões de mundo.

O currículo do curso prevê 80% (oitenta por cento) de atividades presenciais obrigatórias que serão utilizados para as aulas com a discussão de conteúdos, realização de seminários de pesquisa, avaliações de conteúdo por meio da produção de texto que evidencie autoria; Seminários de abertura e encerramento das atividades do Curso e defesas do trabalho de conclusão de curso. Os 20% a distância serão desenvolvidos por meio de estudos

orientados no Ambiente Virtual em cumprimento à Portaria n.º. 4.059/04, do Ministério da Educação, que prevê o oferecimento de até 20% da carga horária serão acompanhadas por meio da Plataforma de Aprendizagem Virtual Moodle.¹⁶

Dessa maneira, possibilitará aos profissionais da educação uma formação continuada na área de Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia, conforme afirma Demo¹⁷ é “[...] desenhar um roteiro teórico-prático-metodológico do desafio de educar pela pesquisa, desde o Ensino Fundamental, podendo se estender ao Ensino Médio, até a Universidade”. Esse roteiro favorece a aproximação entre teoria e prática, pois se vincula ao planejamento e a execução das atividades em sala de aula de maneira significativa, tendo em vista que a “[...] a condição para educar pela pesquisa é que o professor seja um pesquisador e tenha-a como uso no cotidiano”. Dessa maneira, para o autor “o aluno deixa de ser objeto de ensino e passa a ser companheiro de trabalho.”

Em relação as atividades práticas contempladas na disciplina “As Práticas Educativas e as Relações Étnico-Raciais e de Gênero na Escola” em articulação com as demais disciplinas, constituem-se da elaboração, execução e apresentação dos resultados de um projeto de atividade (com base na pedagogia de projetos), individual ou coletivo para ser desenvolvido durante o curso nas escolas de origem dos pós-graduando. O projeto deverá obrigatoriamente contemplar temáticas inerentes às disciplinas do curso. As normas para criação e implementação do projeto de atividade prática, bem como o calendário de execução e apresentação dos resultados serão elaborados pelo colegiado do curso.

Dessa forma, a postura do professor se altera de repassador de conhecimentos a professor pesquisador com novos métodos superadores da perspectiva disciplinarizada, com novos materiais e recursos didáticos e com conhecimentos que sinalizem aos estudantes as profundas e aceleradas transformações da sociedade, bem como os determinantes dessas transformações.

Pesquisar a prática pedagógica é uma tarefa complexa, pois a pesquisa impõe-se como necessidade a partir do processo de tomada de consciência sobre o fato de que os problemas

¹⁶ Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, com base no Art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria. Portaria MEC n.º. 4.059/04 (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34).

§ 1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. Portaria MEC n.º. 4.059/04 (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34).

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso. Portaria MEC n.º. 4.059/04 (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34).

¹⁷ DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

que afetam a sociedade atual são também, responsabilidade de todos. Então, é necessário compreender esses problemas na sua origem e analisá-los com mais profundidade.

Compreender em profundidade, investigar as raízes dos problemas do cotidiano escolar requer, além de sensibilidade para percebê-los, um conjunto de informações e o domínio de um suporte teórico que funcionará como lupa, ampliando a percepção e o entendimento sobre esses problemas. Afinal, teoria e prática são aspectos de uma totalidade única e, se parecem desvinculados, é porque falta teoria suficiente para a compreensão desse vínculo.

Em relação ao pós-graduando, propõe-se que o professor(a)/orientador(a) leve-o a desenvolver uma postura investigativa, indagadora, diante das situações práticas da vida que o inicie em uma abordagem mais sistemática do conhecimento; acesse-lhe os mecanismos necessários para que possa dar seus primeiros passos na pesquisa, orientado pelo conjunto dos valores que se quer desenvolver, para que esse processo colabore com a formação do cidadão comprometido com a superação dos valores subvertidos desta sociedade.

Isso impõe ao professor/orientador que ele oriente o pós-graduando no rigor e na disciplina que a pesquisa exige; que o oriente, igualmente, no levantamento de fontes, coleta de dados; que o incentive a desenvolver as leituras necessárias e que tenha, ele também, rigor teórico e disciplina para orientar o pós-graduando pelas sendas do conhecimento científico e pelo exercício autoral.

A formação do professor-pesquisador fará não só da sala aula o *locus* por excelência do aprendizado. Impõe que a sala de aula deixe de ser apenas o espaço do monótono palavrear do professor e do anotar do estudante; do quadro-negro com intermináveis quantidades de informações e do data-show ligado, sala às escuras com estudante entediado. É preciso que outros espaços de aprendizagem sejam considerados.

É tarefa de todo professor nas atividades de pesquisa a definição dos temas que precisam ser investigados em sala de aula e a criteriosa coleta de fontes bibliográficas, das diversas linguagens, dos recursos visuais e sensoriais, que serão, posteriormente, objetos de rigorosa leitura e análise. Só assim, esse professor poderá superar as metodologias sustentadas por apostilas e manuais didáticos, que normalmente tratam do conhecimento de forma superficial e fragmentada. Todavia, a pesquisa exige, fundamentalmente, a clareza sobre um referencial teórico orientador da investigação, sob pena de o professor levantar os problemas a serem investigados e permanecer na superficialidade da análise.

Portanto, a proposta metodológica deste curso, trata-se muito mais do que uma simples formação continuada, mas de criar um espaço que ao longo da história de formação do povo brasileiro foi relegado e marginalizado, condição que decorre toda uma prática de racismo,

preconceito, estigma social, dominação de influência europeizada e desigualdade deformadora das diferenças étnico-raciais cuja prática se faz sentir cotidianamente. Assim, espera-se instaurar um espaço de formação (via formação continuada), de debate, de troca e sobretudo de humanização das relações que hoje são pautadas pela desigualdade identitária que deforma e não pelo diferente que identifica, aos professores do ensino fundamental e médio de diferentes regiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

8.2. Dos Recursos

Assim, no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia serão utilizados:

- Bibliografias básica e complementar: no decorrer do Curso serão adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos docentes que serão disponibilizados nas bibliotecas da Unidade de Campo Grande e da Sede, em Dourados;
- Artigos: serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais ou não, para constituir o acervo bibliográfico e favorecer o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

A metodologia adotada para a interação entre professores e os pós-graduandos fora dos horários de aulas presenciais, será a da ferramenta Moodle. O Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*)¹⁸ é um software livre de apoio à aprendizagem colaborativa no ambiente virtual. É também chamado de “Sistema de Gestão de Aprendizagem”.

Essa Plataforma tem sido amplamente utilizada por diversas Instituições de Ensino Superior (IES), pois se constitui em um *software* que possibilita o trabalho colaborativo entre os participantes dos Cursos oferecidos on-line. É utilizado pelos professores como ferramenta de apoio à aprendizagem por dispor de um conjunto de recursos úteis que facilitam e ampliam as possibilidades de interação e construção do conhecimento no ambiente virtual¹⁹.

A utilização das ferramentas — fóruns, chats, bibliotecas, videotecas, tarefas, lições, glossários e outras — disponíveis no ambiente de aprendizagem não exige nenhum pré-requisito, além dos conhecimentos básicos de acesso à internet e conceitos de postagem de mensagem e envio de arquivos por meio eletrônico (e-mail). A comunicação entre os participantes está fundamentada nesses pressupostos e, portanto, o sistema requer o mínimo de

¹⁸ O sistema foi criado por Martin Dougiamas em 2001. A plataforma Moodle é um sistema de administração de eventos educacionais para comunidades on-line, em ambientes virtuais e se destinam a aprendizagem colaborativa.

¹⁹ Para acesso ao AVA - Moodle visite o site: <http://ead.uems.br/>

familiarização com suas funções específicas - o que torna-se uma tarefa simples, pois evolui à medida que os conteúdos e as atividades propostas são realizados e disponibilizados. Desse modo, a aprendizagem torna-se mais dinâmica, eficiente e produtiva.

O material impresso ou em mídia deverá ser disponibilizado pelo professor responsável pela disciplina, com antecedência, mínima de 30 dias, visando possibilitar ao pós-graduando a leitura prévia.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das orientações virtuais e dos *fóruns* de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgados junto aos pós-graduandos. Esses momentos interativos possibilitarão experiência de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

O domínio técnico das ferramentas existentes no ambiente virtual de aprendizagem não garante por si a aprendizagem, entretanto, sinaliza para possibilidades de construção da autonomia desejada no aluno. Os diversos meios midiáticos e o estudo do material concorrem para forjar no aluno o perfil de pesquisador a partir de questões e/ou temas problematizadores tratadas ao longo da disciplina. Ancorados na sólida discussão teórica, propomos que o aluno faça imersões na pesquisa e elabore seu trabalho a partir de reflexões construídas com o rigor científico.

Para tanto, o Cronograma das atividades do Curso, com as atividades presenciais e a distância, será aprovado pelos membros do Colegiado e apresentado aos pós-graduandos no início das aulas, pela Coordenação de Curso.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Matriz Curricular do Curso foi organizada da seguinte forma: disciplinas e seminários de pesquisa, para auxiliarem no processo de desenvolvimento da pesquisa e elaboração do trabalho de conclusão de curso.

No início das atividades será realizado um seminário de abertura e um Seminário de encerramento das atividades do Curso com a participação de palestrantes externos convidados, abordando a temática do Curso.

9.1. Matriz curricular

Nº	Disciplinas	Carga horária	Créditos	Categoria
01	Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle	15	1	Obrigatória

02	Currículo, Cultura e Diversidade	30	2	Obrigatória
03	Metodologia da Pesquisa em Educação	30	2	Obrigatória
04	Educação, Gênero e Sexualidade	30	2	Obrigatória
05	Políticas Públicas e Programas de inclusão étnico-racial e de gênero no Brasil.	30	2	Obrigatória
06	História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	30	2	Obrigatória
07	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	30	2	Obrigatória
08	Linguística Indígena	30	2	Obrigatória
09	As Práticas Educativas e as Relações Étnico-Raciais e de Gênero na Escola	45	3	Obrigatória/ Prática
10	Projeto Político Pedagógico das Escolas na Perspectiva da Educação para as relações étnico-raciais e de gênero.	30	2	Obrigatória
11	Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira	30	2	Obrigatória
12	Seminário de Pesquisa	30	2	Obrigatória
-	Total da Carga Horária e Créditos	360	24	-
-	Trabalho de Conclusão de Curso	45	-	-
	Total da carga horária do Curso	405	24	-

10. CERTIFICAÇÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será concedido o certificado de Especialista em Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia para o pós-graduando que cumprir todas as etapas e os créditos previstos no curso e obtiver, no mínimo, conceito “C” e ter apresentado o Trabalho de Conclusão do Curso em audiência pública, diante de uma Comissão Examinadora constituída pelo orientador do trabalho de pesquisa e dois professores convidados, preferencialmente, professores que atuaram no Curso, aprovados pelo Colegiado.

A audiência pública deverá ser presencial, na Unidade Universitária de Campo Grande e na Sede da UEMS em Dourados. O pós-graduando que não obtiver o aproveitamento exigido na apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso poderá receber uma declaração de conclusão das disciplinas cursadas com êxito, com suas respectivas cargas horárias, notas e conceitos.

O Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado na forma de artigo científico, obedecendo a normas elaboradas pelo Colegiado do Curso.

10.1 Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso consistirá em uma atividade de pesquisa realizada na área de Currículo e Diversidade: Gênero, Raça e Etnia, tendo em vista o perfil profissional pretendido, o qual deverá ser desenvolvido individualmente pelo pós-graduando e apresentado na forma de artigo científico que, necessariamente, deverá explicitar domínio do tema, autoria

e tratamento científico adequado. Esse trabalho deverá ser acompanhado por um professor/a orientador/a do quadro do Curso, e/ou selecionado para esse fim.

10.2 Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem terá por objetivo acompanhar o desenvolvimento dos pós-graduandos, sua capacidade de implementar os conhecimentos e de aplicá-los em situações diversas no processo de leitura e produção autoral dos estudantes em sala de aula. Será realizada de forma processual, acompanhada pelos professores.

O professor responsável pela disciplina deverá orientar os pós-graduandos no desenvolvimento de leitura e produção autoral. Esse trabalho apresentará como resultado a inter-relação entre teoria e prática, definido um Trabalho de Conclusão de Disciplina (TCD), em forma de artigo. Na disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação, o TCD, constituir-se-á na elaboração do projeto de pesquisa.

O critério de avaliação utilizado será o de conceitos, de acordo com a tabela abaixo:

Nota	Conceito
9,0 a 10,0	A
8,0 a 8,9	B
7,0 a 7,9	C
0 a 6,9	D

11. SEMINÁRIO DE PESQUISA

O Seminário de Pesquisa está presente, como componente curricular, na fase de finalização do Curso, com a função de fazer a articulação entre as demais disciplinas. Destaca-se, ainda que, a concepção e a forma de desenvolvimento do Seminário de Pesquisa visa oportunizar aos pós-graduandos momentos de integração em que poderão apresentar e discutir seus projetos de pesquisa, além de oferecer e receber contribuições para o aprimoramento do processo de autoria na elaboração de projetos e TCC.

Para que isso aconteça, a primeira condição do professor-pesquisador é dominar, além dos conhecimentos da sua área, as epistemologias que deverão fundamentar o seu fazer pedagógico. Usualmente, são os manuais de Metodologia Científica que definem o que é pesquisa e o fazem com a superficialidade própria do pragmatismo desta época, entendendo-a como simples indagação empírica, em que a constatação de dados observáveis e quantificáveis é elemento suficiente para o entendimento de um determinado problema.

A sociedade globalizada exige que cada professor pense sua prática educativa incorporando elementos que estão além do cotidiano da sala de aula, da escola, do bairro e, até mesmo, da cidade, do estado e do país. Domínio de método implica domínio de teoria. Nesse sentido, reafirma-se, é fundamental a todos que queiram se transformar em professor-pesquisador, a apropriação de referenciais teóricos que permitam a apreensão do conteúdo em suas múltiplas dimensões, afinal quando esse professor se apropria dessa formação torna-se um profissional autônomo, entretanto não se trata de uma autonomia individual e descontextualizada, pois, conforme salienta Demo²⁰:

[...] quando se fala de autonomia, fala-se da autonomia socialmente contextualizada, ou seja, daquela autonomia que convive em rivalidade e complementaridade com outras autonomias. Este tipo de visão complexa e não linear é crucial para analisarmos cenários educacionais, começando pela visão de que ciência está sempre sujeita à revisão por meio da pesquisa e discussão intersubjetiva.

Essa autonomia pode ser evidenciada na aula do professor-pesquisador e pode ser dinâmica porque o estudante da Educação Básica, sob sua direção, estará sempre se apropriando de um conjunto de dados, informações que, por meio da produção autoral, de procedimentos e de recursos adequados poderá se transformar em conhecimentos e competências. Esse estudante, então, é incentivado a novas leituras, indagações, avaliações e conclusões, deixando de ser portador de um conjunto de informações fragmentadas, descoladas do seu universo de produção e o conhecimento passará a ser produto de leitura e pesquisa, bem como de reelaboração e exercício autoral no seu processo de formação.

Essa perspectiva autônoma e autoral é também a metodologia que vem sendo desenvolvida há mais de uma década nos Cursos Normal Superior, Normal Superior Indígena oferecido aos Professores Terena e os Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva — por meio dos polos de Campo Grande (Aquidauana, Miranda, Cassilândia, Coxim, Jardim e Paranaíba) e Dourados (Amambai, Mundo Novo, Ponta Porã e Navirai), no período de 2000 a 2010 — e atualmente, nos Cursos de Pedagogia da Unidade Universitária de Campo Grande e da Sede, em Dourados da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Nesse período a Universidade formou um total de 1475 (hum mil e quatrocentos e setenta e cinco) professores residentes nos 79 (setenta e nove) municípios do Estado.

²⁰ DEMO, Pedro. Aprender com autoria. Disponível em: <http://dre-pj.com.br/educacaointegral/wp-content/uploads/2014/07/Pedro-Demo-Aprender-com-autoria-1.pdf>, 2012, p.2. Acesso em 01 mai. 2016

Os resultados dessa atuação se evidenciam na constante aprovação dos egressos desses Cursos em Concursos Públicos de Provas e de Títulos, bem como o exercício profissional em cargos de gestão e docência, na Rede Pública de ensino municipal e estadual.

Diante do exposto, este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade: gênero, raça e etnia foi elaborado com a finalidade de oportunizar, aos profissionais da Educação Básica, o desenvolvimento dessa autonomia por meio da produção autoral sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, bem como a publicação dos resultados evidenciados nessas práticas.

Espera-se, assim, que a implementação desse Curso seja capaz de contribuir com a formação de especialistas na referida temática, para quem, a pós-graduação *lato sensu* tem importante papel, no sentido de contribuir com novos saberes e conhecimentos na prática educativa, com a finalidade de melhorar as relações sociais e de gênero entre os diferentes grupos étnicos na sociedade.

12. CARACTERÍSTICAS DAS DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS

12.1 Disciplina: Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - MOODLE

Ementa: apresentação da Plataforma Virtual de aprendizagem Moodle, o uso de suas ferramentas e a dinâmica da interação on-line.

Objetivo:

Apresentar o ambiente Virtual de aprendizagem Moodle, a usabilidade de suas ferramentas para a interação on-line.

Bibliografia Básica:

- BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
 GOUVÊA, G. *Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.
 KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. 5.ed. Campinas: Papirus, 2008.

Bibliografia Complementar:

- LITWIN, E. (Org.) *Educação a distância, temas para o debate de uma nova agenda educativa*. São Paulo: Artmed, 2001.
 MORAN, J. M. MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo, Papirus, 2003.
 SILVA, M. (Org.). *Educação on-line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa*. São Paulo: Loyola, 2003.

12.2 Disciplina: Currículo, Cultura e Diversidade

Ementa: Conceito de currículo. Teorias de Currículo: da tradicional a pós-crítica. Construção e organização curricular a partir das relações estabelecidas entre cultura, conhecimento, poder, disciplinaridade e interdisciplinaridade. Relação entre currículo, diversidade e práticas educativas e pedagógicas.

Objetivos:

Discutir as teorias do currículo nas visões tradicional, crítica e pós-crítica; abordar os aspectos principais da construção e organização curricular a partir das relações entre cultura, conhecimento, poder, disciplinaridade e interdisciplinaridade. Compreender a relação entre currículo, diversidade e práticas educativas e pedagógicas.

Bibliografia Básica:

- APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). *Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *Cultura(s) e educação*. Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Angel I. Perez. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.
- SACRISTAN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2002.

Bibliografia Complementar:

- APPLE, Michael. *Política cultural e educação*. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). *Sociedade, educação e culturas: questões e propostas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar* (1987). Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993.
- GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.

12.3 Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Educação

Ementa: Subsídios para a elaboração de pesquisa no campo educacional; Definição do objeto, do tema da pesquisa e o processo de problematização da investigação. Diferentes abordagens da pesquisa em educação. Elaboração de relatórios de pesquisa.

Objetivos:

Apresentar as etapas da pesquisa no campo educacional, dando destaque para as reflexões sobre as relações étnico-raciais; compreender as diferentes abordagens da pesquisa em educação, com base em referencial teórico que possibilite a reflexão sobre a prática docente e conhecer a linguagem acadêmica para a elaboração de relatórios de pesquisa.

Bibliografia Básica:

- ABNT. *Apresentação de relatórios técnico-científicos* – NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *Sumário* – NBR 6027. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Resumos* – NBR 6028. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. *Referências* – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.
- FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2000. Vol. 01.
- PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. *Pesquisa em Educação: Alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar:

- ABNT. *Apresentação de originais* – NBR 12256. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *Numeração progressiva das seções de um documento* – NBR 6024. Rio de Janeiro, 2003.
- AZEVEDO, I.B. *O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 6. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996. 145 p.
- DEMO, Pedro. *Educar para pesquisa*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986. 135 p.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

12.4 Disciplina: Educação, Gênero e Sexualidade

Ementa: a natureza histórica das questões de gênero. Concepções teóricas que tratam das relações e identidades de gênero. As relações entre gênero e classe social. As relações entre a mulher e o mundo do trabalho na sociedade industrial. As novas funções da mulher na sociedade contemporânea. A sexualidade como objeto das ciências sociais. Estudos sobre homossexualidade. Educação do corpo e dos sentidos: corporalidade, gênero e identidades sexuais no Brasil e no mundo.

Objetivos:

Abordar as questões de gênero em uma perspectiva histórica, como componentes indispensáveis para a formação do educador crítico. Conhecer a inserção e a trajetória da mulher no mundo do trabalho e o trabalho como fundamento histórico da opressão feminina. Relacionar a gênese da opressão feminina com o surgimento da propriedade privada. Considerar as contribuições posteriores do interacionismo simbólico, do estruturalismo, do feminismo e dos estudos sobre homossexualidade, como elementos facilitadores da dimensão histórica das questões de gênero e dos elementos superadores do preconceito.

Bibliografia Básica:

- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo, Contexto, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1977.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1984. 3 v.

- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: _____. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre, RS: Villa Martha, 1980.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.
- LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, SP: Cosac & Naif, 2003.

Bibliografia Complementar:

- ALMEIDA, Heloísa B. *et al.* (Orgs). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, SP: Ed. da Universidade São Francisco, 2002.
- CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos Cebrap*, n. 54, jul. 1999.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: _____. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1981.
- FRY, Peter & MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.
- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.
- GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo, SP: Ed. da Unesp, 2000.
- HEILBORN, Maria Luiza, (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.
- KOFES, Suely. *Mulher, mulheres*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.
- LACERDA Léia T. *A mulher Terena em tempos de AIDS: um estudo de caso da Aldeia Limão Verde, município de Aquidauana (MS)*. 2004. Dissertação. (Mestrado em História)- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Dourados, 2004.
- HART, J.; RICHARDSON, D. (Orgs.) *Teoria e prática da homossexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1983.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1969.
- PARKER, Richard; BARBOSA, Regina, (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, SP: Relume Dumará, 1996.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: _____. *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, Campinas, SP: IFCH/Unicamp, nº. 48, nov. 2002.
- ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise, (Orgs.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.
- RUBIN, Gayle e BUTLER, Judith. Tráfico sexual. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003.

12.5 Disciplina: Políticas Públicas e Programas de Inclusão para a Educação Étnico-Racial e de Gênero no Brasil

Ementa:

A construção escolar diferenciada e intercultural. Documentos oficiais e políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, de Afro-brasileiros e quilombolas no Brasil como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Leis antirracistas, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: a diversidade e a inclusão, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola.

Objetivo:

Analisar criticamente os documentos oficiais que decretam a implantação no sistema de ensino brasileiro da Educação para o respeito e a igualdade étnico-racial. Conhecer as políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, de Afrobrasileiros e quilombolas. Compreender a Lei Nacional de Diretrizes e Bases nº. 9396/1996, as Leis antirracistas, os fundamentos gerais da educação étnico-racial na organização do currículo, levando em consideração a tradição e a cultura na formação de professores.

Bibliografia Básica:

BRASIL. *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília-DF, Mec, 2001.

_____. *Dimensões de Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. MEC/BID/UNESCO, 2006.

_____. Lei nº. 10.639/03 e nº. 11.645/08. Brasília.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº. 14 de 18/10/1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. D.O. da União de 19/10/1999, Brasília, p.12.

_____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339 p.

_____. Resolução CEB/CP nº. 1 de 30/09/1999. Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação. D.O. da União de 13/04/1999, Brasília, p.18.

_____. Parecer CNE/CP nº. 003/2004 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.

_____. Parecer CNE/CP nº. 10 de 11/03/2002. Delibera sobre a formação do professor indígena em nível universitário. D.O. da União nº. 69 de 11/04/2002, Brasília, p. 14.

_____. Lei nº. 10.172 de 09/01/2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. D.O. da União nº. 7 de 10/01/2001, Brasília, p. 1.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria do Ensino Fundamental, versão Ago/1996.

_____. Resolução CEB nº. 3 de 10/11/1999. Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. D.O. da União de 14/12/1999, Brasília, p.58.

BRASIL/MS. Decreto nº. 10.734 de 18/04/2002. Dispõe sobre a criação da categoria de Escola Indígena no âmbito da educação básica, no sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. D.O./MS nº 5735 de 19/04/2002.

_____. Deliberação Nº. 4324 de 03/08/1995. Aprova o documento Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. D.O./MS de 26/09/1995, p. 3.

BRANDÃO, André Augusto (Org). *Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói- RJ : editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

CANDAUI, Vera Maria. (Org.) *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOMES, Nilma Lino. (Org). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MEC/CNE. *Parecer CNE/CP nº 003/2004 – Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004.

ROCHA, Maria José e PANTOJA, Selma (Orgs). *Rompendo silêncios da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações Ltda, 2004.

THEODORO, Mário (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

XAVIER FILHA, C. Sexualidade(s) e gênero(s) em artefatos culturais para a infância: práticas discursivas e construções de identidades. In. XAVIER FILHA, Constantina (Org.). *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual*. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2009.

Bibliografia Complementar:

BRITO, Silvia Helena Andrade de. Escola e movimento indigenista no Brasil: da educação alternativa para o índio à educação indígena (1970-1994). Campo Grande:

Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado. 1995.

CABRAL, P. E. Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul: algumas reflexões. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 2002.

BRASIL. Lei Nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil,. Brasília, DF, 23 dez. 1996. dezembro, 1996.

_____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339 p.

_____. Resolução CEB/CP nº. 1 de 30/09/1999. Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação. D.O. da União de 13/04/1999, Brasília, p.18.

_____. Parecer CNE/CP nº. 10 de 11/03/2002. Delibera sobre a formação do professor indígena em nível universitário. D.O. da União nº. 69 de 11/04/2002, Brasília, p. 14.

_____. Lei nº. 10.172 de 09/01/2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. D.O. da União nº 7 de 10/01/2001, Brasília, p. 1.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria do Ensino Fundamental, versão Ago/1996.

_____. Resolução CEB nº. 3 de 10/11/1999. Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. D.O. da União de 14/12/1999, Brasília, p.58.

CABRAL, Ana Suelly; MONSERRAT, Ruth,; MONTE, Nietta. *Por uma educação indígena diferenciada*. Brasília: CNRC/FNPM, 1987.

_____. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º. Grupioni*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

CAPACLA, Marta Valéria. *O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975 – 1995)*.

Resenhas de Teses e Livros. Brasília/São Paulo: MEC/MARI, 1995.

CEI/MT. Urucum, Jenipapo e Giz – *Educação Escolar Indígena em debate*. Secretaria de Educação / MT, Cuiabá, 1997.

GOMES, Nilma Lino. *Cultura negra e educação*. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/jul/ago – 2003 – n.23.

GRUPIONI, Luís Donisete B. *A nova LDB e os índios: a rendição dos carapálidas*. Cadernos de Campo – Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia. São Paulo-SP, USP, V.1, p. 105-112, 1991.

HERNANDEZ, Isabel. *Educação e Sociedade Indígena: Uma aplicação bilíngüe do método Paulo Freire*. São Paulo, Cortez, 1981.

KAHN, Marin; FRANCHEITO, Bruna. *Educação indígena no Brasil: conquistas e desafios*. Em Aberto. Brasília, INEP, ano 14, nº 63, jul/set. 1994.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº. 10.734 de 18/04/2002. Dispõe sobre a criação da categoria de Escola Indígena no âmbito da educação básica, no sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. D.O./MS nº 5735 de 19/04/2002.

_____. Deliberação Nº 4324 de 03/08/1995. Aprova o documento Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. D.O./MS de 26/09/1995, p. 3

12.6 Disciplina: História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul

Ementa: História das aldeias, das terras e territórios dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e sua relação com os demais contextos espaço-temporais regional e nacional. Compreensão da estrutura da sociedade sul-mato-grossense. As etnias indígenas em Mato Grosso do Sul: passado, presente e projetos para o futuro.

Objetivo: Possibilitar a compreensão da elaboração da História Indígena como um processo em permanente construção e diálogo com as fontes; destacar a contribuição da História Indígena para o entendimento da trajetória histórica das nove etnias presentes na atualidade em Mato Grosso do Sul: Atikum, Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié e Terena; analisar as situações de (in)visibilidade das sociedades indígenas “resistentes” e destacar a história dos grupos Layana, Kinikinau, Kamba e Atikum e discutir a situação dos “remanescentes”, “ressurgidos” e “emergentes”; conhecer como a localização espaço-temporal dos povos indígenas de MS é feita por meio de mapas e da construção simbólica dos territórios indígenas; realizar uma leitura histórica dos povos desaparecidos.

Bibliografia Básica:

ABREU, M. SOIHET, R. (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BRAND, A. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre: PUC-RS, 1997. (Doutorado em História).

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. *Mapa das terras indígenas no Brasil*. Brasília: Diretoria de Assuntos Fundiários, 2001.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.

Bibliografia Complementar:

DUTRA, C. A. dos S. *Ofaié: morte e vida de um povo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.

MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Revisada e ampliada. Campo Grande: UFMS, 2002.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. 7. ed. São Paulo/ Brasília: Hucitec/ Edunb, 1993.

NIMUENDAJU, C. *Mapa etno-histórico*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA, J. E. de. *Guató: argonautas do pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

RIBEIRO, B. *O índio na história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, D. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EPU/ Edusp, 1974.

_____. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1976.

12.7 Disciplina: História e Cultura Africana e Afro-brasileira

Ementa: África Colonial. Escravidão Negra. História e Cultura dos Afro-brasileiros. Religiosidades Afro-brasileiras. Resistências Lutas e Conquistas Contemporâneas. O negro no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. África e afro-brasileiros na Educação.

Objetivo:

Analisar historicamente as contribuições dos africanos e Afro-brasileiros e quilombolas para a formação da sociedade brasileira, bem como a presença dessa população nos sistemas educacionais. Compreender o processo histórico das relações étnico-raciais no Brasil. Orientar quanto a abordagem metodológica da temática na sala de aula. Proporcionar aos alunos os conhecimentos básicos sobre História da África.

Bibliografia Básica:

ARNAUT, Luiz e LOPES, Ana Mônica. *História da África: uma introdução*. Belo horizonte: Crisálida, 2005.

DIALLO, Cintia Santos e SILVA, Dina Maria (Orgs.). *História da África: múltiplas aprendizagens*. Dourados-MS: Editora UEMS, 2010.

DIAS, Braz Juliana, LOBO, Andréa de Souza. *África em Movimento*. Brasília: ABA. Publicações, 2012

FONSECA, Marcus Vinicius. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. *Revista Brasileira da História da Educação*, n. 4, Campinas: Autores Associados, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil *In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et AL. 500 anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003 p. 325–346.

HERNANDEZ, Leila Maria G. Leite. *A África na sala de Aula: visita à história contemporânea*. 3.ed. -São Paulo: Selo negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LOPES, Nei. *Dicionário escolar afrobrasileiro*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda e a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MUNANGA, Kabengele ; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

SANSONE, Lívio. *Memórias da África: museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012.

Bibliografia Complementar:

- APPIAH, Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília-DF, out., 2005.
- CAVALLEIRO, E. (Org) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo. Selo Negro, 2001.
- DIAS, Braz Juliana, LOBO, Andréa de Souza. *África em Movimento*. Brasília: ABA. Publicações, 2012.
- MOORE, Carlos. *A África que incomoda e a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção história geral da África*. Brasília, DF : Unesco, MEC, UFSCAR, 2013. 2 v.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*.

12.8 Disciplina: Linguística Indígena

Ementa: Princípios de Linguística geral. O Estruturalismo e a descrição das línguas indígenas. A Linguística Indígena no Brasil. Bilinguismo e Diglossia. Aspectos de Fonética e fonologia das línguas indígenas do MS (ênfase na língua da etnia em questão). Aspectos da Morfossintaxe das línguas indígenas do MS (ênfase na língua da etnia em questão). A Sociolinguística e os processos históricos de perda linguística. As Línguas Indígenas na perspectiva da análise do discurso. Linguagem e identidade.

Objetivo:

Apresentar os conceitos da Linguística geral, bem como do Estruturalismo e a descrição das línguas indígenas, as concepções da Linguística Indígena no Brasil, o Bilinguismo e a Diglossia. Possibilitar a compreensão dos aspectos de Fonética e fonologia das línguas indígenas do MS com ênfase na língua da etnia Terena e a Morfossintaxe das línguas indígenas do MS. Debater a Sociolinguística e os processos históricos de perda linguística. Conhecer os estudos atuais das Línguas Indígenas na perspectiva da análise do discurso e dos estudos sobre identidade.

Bibliografia Básica:

- MAIA, Marcos. *Manual de Linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*. Brasília: MEC/ SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.
- MAHER, Tereza Machado. *O Ensino da Língua Portuguesa nas Escolas Indígenas. Em Aberto*. Brasília. Brasília: ano 14 n°. 63, pp.69-77, jul./set., 1994.
- _____. *O dizer do Sujeito Bilingue: Aportes da Sociolinguística. Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilingue para Surdos*. Rio de Janeiro. INES/MEC, 1997.
- _____. *Sendo índio em português*. In: SIGNORINI, Inês (Org). *Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/FAEP-UNICAMP, 1998, pp.115-138.
- MONSERRAT, Ruth (Orgs.). *A conquista da escrita: encontros de educação indígena*. São Paulo/Cuiabá: Iluminuras/Opan, 1989.
- _____. *O que é ensino bilingue: a metodologia da gramática contrastiva. Em Aberto*. Brasília: ano 14 n°. 63, p. 11-17, jul./set., 1994.

Bibliografia Complementar:

BRAGGIO, Sílvia. L. B. Aquisição e Uso de duas Línguas: Variedades, Mudança de Código e Empréstimo. *Revista da Abralín*, número especial dedicado a Aryon D. Rodrigues, nº 20, UFAL, 1997.

BUTLER, Nancy. *Modo, extensão temporal, tempo verbal e relevância contrastiva na língua terena*. Brasília: SIL, 1978.

CÂMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à língua portuguesa*. Petrópolis. Vozes, 1985.

CAVALCANTI, C. Marilda. Interação Guarani/Não-Guarani: Etnocentrismo Naturalizado na Questão do silêncio Inter-Turnos. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada* nº 18. Jul/Dez.1999. p.101-109.

_____ Estudos Sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Lingüísticas no Brasil. *DELTA* . vol. 15. Nº Especial, 1999, p.385-417.

CAVALCANTI, Marilda C. e MOITA LOPES, Luiz Paulo. Implementação de pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 17, p.133-144. Campinas: UNICAMP,1991.

LYONS, J. (1981). *Lingua(gem) e Linguística- uma introdução*. Guanabara. Koogan.

MORI, Angel Corbera. Conteúdos lingüísticos e políticos na definição de ortografias das línguas indígenas. In: D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (Orgs.). *Leitura e Escrita em Escolas Indígenas - Encontros de Educação Indígena - COLE nº. 10*, Campinas/São Paulo. ALB/Mercado de Letras, 1997. p. 23-33.

_____ A língua indígena na escola indígena: quando, para que e como? In: VEIGA, Juracilda e SALANOVA, Andrés. (Orgs.) *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola*. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB, 2001. p 160-171.

RODRIGUES, Aryon Dall'agna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Loyola,1986.

SERRANI, Silvana. Análise de Ressonâncias Discursivas em Micro-Cenas para Estudo da Identidade Lingüístico-Cultural. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, nº 24 . Campinas. IEL , p. 79-90, 1994.

SIGNORINI, Inês (Org.). *Lingua (gem) e Identidade . Elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas. SP. Mercado de Letras. São Paulo Fapesp, 1988.

SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. R. de (Orgs.) *A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção de conhecimento*. Coleção Magistério, Formação e Trabalho pedagógico. Papyrus,1995.

SEKI, Lucy (Org.). *Linguística Indígena e Educação na América Latina*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1993.

TEIXEIRA, Raquel. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONE, Luís Doniseti B. (Orgs). *A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, Mec/Mari/Unesco,1995, p.291-316.

12.9 Disciplina: As Práticas Educativas e as Relações Étnico-Raciais e de Gênero na Escola**Ementa:**

Usos e sentidos de conceitos como: raça, etnia, preconceito, discriminação, racismo, cultura, interculturalidade, multiculturalismo e diversidade, identidade, gênero e sexualidade. Discursos, orientações e ações antirracistas na educação das relações étnico-raciais. Práticas educativas de combate ao racismo e todas as formas de discriminação.

Objetivos:

Possibilitar a compreensão da dinâmica das relações étnico-raciais e de gênero em sala de aula e outros espaços educativos como forma de educar para a igualdade e cidadania; Apresentar os conceitos de raça, etnia, preconceito, discriminação, racismo, cultura, interculturalidade, multiculturalismo, diversidade, identidade, gênero e sexualidade numa perspectiva histórica e social; Capacitar educadores para identificar, debater e combater no contexto educacional as expressões do preconceito, discriminação e racismo vivenciados pelas populações indígenas, negra e outros grupos excluídos. Promover a criação e implementação de projetos e práticas educativas no contexto educacional e social de combate ao racismo e todas as formas de discriminação.

Bibliografia Básica:

- ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção e SILVÉRIO, Valter Roberto. *Educação como prática da diferença*. Campinas. SP: Autores Associados, 2006.
- AMÂNCIO, Iris Maria da Costa (Org). *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CARMO, Jefferson Carriello do; BROSTOLIN, Marta Regina; SOUZA, Neimar Machado de (orgs). *Instituição escolar na diversidade: políticas, formação e práticas pedagógicas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.
- CASCHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Trad. Dinah Klevel. São Paulo: Summus, 2000.
- CAVALLEIRO, Eliane (Org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.
- _____. *Silêncio do lar ao silêncio escolar. Educação e Poder: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Contra Capa/LACED, Rio de Janeiro, 2014.
- SANTOS, Gevanilda e SILVA, Maria Palmira da. *Racismo no Brasil: percepções das discriminações e do preconceito no século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- CORDEIRO, Maria José de J. Alves. *Indígenas e Negros na Educação Superior – Necessidade de um Novo Currículo e de uma Nova Relação Professor-Aluno*. *Anais do II Seminário: Povos Indígenas e Sustentabilidade - Saberes e Práticas Interculturais na Universidade*. Agosto de 2007. Campo Grande. CD-978-85-7598-120-XISBN.
- FAZZI, Rita de Cássia. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- _____. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p.
- _____. *Intelectuais negros e a produção do conhecimento: Algumas reflexões sobre a realidade Brasileira*. In. SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortes, 2010. p. 492-516.
- GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha B. G. e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismos e seus contextos*. 4. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2006.

- GONÇALVES, Maria Alice Rezende (Org.). *Educação, cultura e literatura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Quartet : NEAB-UERJ, 2007.
- GUSMÃO, N. M. M. (Org.). *Diversidade, cultura e educação*. Olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.
- HERNANDEZ, Leila Maria G. Leite. *A África na sala de Aula: visita à história contemporânea*. 3.ed. -São Paulo: Selo negro, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. (Org.) *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MEC/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações Para a Educação das Relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006.
- MARTINS, Aracy Alves; ROCHA, Maria Isabel Antunes. *Educação do campo - Desafios para a formação de professores*. São Paulo: Autêntica. Coleções: Caminhos da Educação do Campo.
- MENEGASSI, R. J. *A representação do negro no livro didático brasileiro de língua materna*. Revista Espaço Acadêmico, n. 36, maio de 2004.
- MENEGASSI, Renilson José e SOUZA, Neucimara Ferreira de. *A visão do Negro no livro didático de portugueses*. Revista Espaço Acadêmico, nº 47 - Abril de 2005.
- MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília. MEC, 2001.
- NEVES, Gilberto (Org.). *Educar para a igualdade: combatendo o racismo na educação*. Uberlândia – MG, Sincopel Gráfica, 2008. CENAFRO.
- PAECHTER, Carrie. *Meninos e Meninas*. Porto Alegre: Editora Penso, 2009.
- SEPPPIR/ Subsecretaria de Políticas de ações Afirmativas. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Das Relações étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*: SEPPPIR, 2009.
- SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995.
- SILVA Jr, Hédio. *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002.

Bibliografia Complementar:

- MOURA, Clovis. *História do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- VALENTE, A. L. *Ser Negro no Brasil Hoje*. São Paulo: Moderna, 1987.
- BARBOSA, Priscila Faulhaber. *Educação e Política Indigenista*. Em Aberto. Brasília: INEP, ano 3, nº. 21, p. 1-11, abr/jun.1984.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº. 14 de 18/10/1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. D.O. da União de 19/10/1999, Brasília, p.12.
- _____. Lei Nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. dezembro, 1996.
- _____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339 p.
- _____. Resolução CEB/CP nº. 1 de 30/09/1999. Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação. D.O. da União de 13/04/1999, Brasília, p.18.
- _____. Parecer CNE/CP nº. 003/2004 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.
- _____. Parecer CNE/CP nº. 10 de 11/03/2002. Delibera sobre a formação do professor indígena em nível universitário. D.O. da União nº. 69 de 11/04/2002, Brasília, p. 14.

_____. Lei nº. 10.172 de 09/01/2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. D.O. da União nº. 7 de 10/01/2001, Brasília, p. 1.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria do Ensino Fundamental, versão Ago/1996.

_____. Resolução CEB nº. 3 de 10/11/1999. Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. D.O. da União de 14/12/1999, Brasília, p.58.

BRASIL/MS. Decreto nº. 10.734 de 18/04/2002. Dispõe sobre a criação da categoria de Escola Indígena no âmbito da educação básica, no sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. D.O./MS nº 5735 de 19/04/2002.

_____. Deliberação Nº. 4324 de 03/08/1995. Aprova o documento Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. D.O./MS de 26/09/1995, p. 3

DE PAULA, Luís Roberto & VIANNA, Fernando de Luiz Brito. *Mapeando políticas públicas para povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2011. Série Traçados, n. 1.

GRINSPUM, M.P.S.Z. De alternativo a Oficial: Sobre a (Im)Possibilidade da Educação Escolar Indígena no Brasil. In: VEIGA, Juracilda; D'Angelis, Wilmar (Orgs.). *Leitura e Escrita em Escolas Indígenas*. Campinas, Associação Brasileira de Leitura / Mercado das Letras. 1997.

PALADINO, Mariana & CZARNY, Gabriela. *Povos indígenas e escolarização*. Discussões para repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2012.

TAUKANE, Darlene. *A história da educação escolar entre os Kurã-Bakairi*. Cuiabá: 1999.

12.10 Disciplina: Projeto Político Pedagógico das Escolas na Perspectiva da Educação Étnico-Racial e de Gênero

Ementa:

Concepções de educação da comunidade escolar. Relações com a política educacional vigente e/ou princípios norteadores da filosofia institucional. O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico. A legitimidade do projeto pedagógico: instâncias comunitárias e instâncias legais. O Projeto Político-Pedagógico em consonância com o regimento escolar. O Projeto-Político Pedagógico em ação: planejamento educacional. Cotidiano escolar, operacionalização do planejado e acompanhamento das ações. O projeto pedagógico vivido nas instituições educativas. As necessidades da equipe escolar e os projetos de intervenção.

Objetivos:

Compreender as concepções e princípios norteadores de projeto político pedagógico e a sua relação com a comunidade escolar e sociedade. Analisar a importância do projeto político pedagógico, seu processo de construção e avaliação das ações no planejamento do cotidiano escolar. Contribuir com fundamentos teóricos para alterações do Projeto Político Pedagógico da Escola numa perspectiva da Educação Étnico-racial.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações Para a Educação das Relações étnico-raciais*. Brasília: Secad/Mec, 2006.

_____. SEPP/IR/ Subsecretaria de Políticas de ações Afirmativas. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das *Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*: SEPP/IR, 2009.

CARRAPETO, Syria. *Política e gestão da educação: dois olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

- COSTA, Alessandra David Moreira da; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan e SICCA, Natalina Aparecida Laguna (ORGS). *Questões Curriculares: políticas e práticas escolares*. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2007.
- IANNI, Otávio. Cidadão do mundo, in: LOMBARDI, José Claudinei *et. al.* (Org.) *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- LÜCK, Heloísa. *Metodologia de projetos: Uma ferramenta de planejamento e gestão*. 8ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SACRISTÁN, G.; GOMÉZ, P. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- SACRISTAN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2000.
- SALANOVA, Andrés; VEIGA, Juracilda (Orgs.). *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto da escola*. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB, 2001.
- VEIGA, Ilma Passos (Org.). *O projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- _____. *Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Bibliografia Complementar:

- CAPACLA, Marta Valéria. *O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975 - 1995)*. Resenhas de Teses e Livros. Brasília/São Paulo: MEC/MARI, 1995.
- CEI/MT. *Urucum, Jenipapo e Giz: Educação Escolar Indígena em debate*. Secretaria de Educação / MT, Cuiabá, 1997.
- FRANCHETTO, Bruna. *Escolas e integração: o caso do parque do Xingu*. Em Aberto. Brasília, v. 3. Nº. 21, p. 15-19, abr/jun. 1984.
- MOURA, Clovis. *História do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília. MEC, 2001.
- VALENTE, A. L. *Ser Negro no Brasil Hoje*. São Paulo: Moderna, 1987.

12.11 Disciplina: Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira

Ementa:

As noções de discurso, interdiscurso, sujeito, autoria e identidade. O discurso do preconceito e da discriminação social. Sobre a rarefação dos discursos nas relações étnico-raciais e de gênero na instituição escolar. Discurso e ideologia. Efeitos de sentido do discurso sobre a luta por reconhecimento e cidadania. A heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva nos discursos das relações étnico-raciais e de gênero na sociedade.

Objetivo:

Contribuir com os fundamentos teóricos da Análise do Discurso para a compreensão do discurso do preconceito, da discriminação nas relações étnico-raciais e de gênero na escola e na sociedade.

Bibliografia Básica:

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1983.
- DUCROT. Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

- GADET, F. ; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed., São Paulo: Unicamp, 1993.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- GOMES, Nilma L. Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele. In: BARBOSA, Lúcia M. A. (Org.) *et al.* De preto a afro-descendentes: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDUFSCar, 2003. p.137-150.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *Apresentação de análise do discurso*. *Glotta*, v. 12, p. 45a 49, São José do Rio Preto: 1990.
- SANTOS, Gislene A. A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SILVA, Petronilha B. G. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete & SILVÉRIO, Valter. (Orgs). *Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas, SP: Papirus, 2005. p. 27-53.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília-DF, 2004.

12.12 Disciplina: Seminário de Pesquisa

Ementa:

Acompanhamento dos trabalhos de conclusão de Curso: estudo e elaboração de relatórios. Apresentação e discussão de trabalhos de pesquisa.

Objetivo:

Subsidiar a elaboração dos pós-graduandos em processo de construção de projetos e do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio da exposição oral e discussão dos trabalhos no grupo.

Bibliografia Básica:

- ABNT. *Apresentação de relatórios técnico-científicos* – NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *Apresentação de originais* – NBR 12256. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *Sumário* – NBR 6027. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Resumos* – NBR 6028. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. *Numeração progressiva das seções de um documento* – NBR 6024. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Referências bibliográficas* – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2000.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISTIAN, Laville. A construção do Saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 17. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GHEDIN, Evandro, et all. *Questões de Método na Construção da Pesquisa em Educação*. São Paulo-SP, Cortez Editora: 2008. Coleção Docência em Formação.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. *Pesquisa em Educação: Alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, I.B. *O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 6. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996. 145 p.

FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. 1. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000. Vol. 01.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986. 135 p.

13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

13.1 Financiamento

Os recursos financeiros do Curso serão oriundos do convênio a ser formalizado entre a UEMS e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, para a implementação das atividades.

13.2. Custos

Os custos gerados para o desenvolvimento do Curso, tais como, pagamento de bolsas para os profissionais envolvidos, materiais de consumo, diárias, custos de deslocamento ou passagens, produção de livros serão financiados pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

14. INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE CAMPO GRANDE E DOURADOS

14.1 Instalações

A Unidade Universitária de Campo Grande possui um bloco destinado à pós-graduação, com 03 salas de aula, espaço físico para o funcionamento da Coordenação pedagógica do Curso com mobiliário, telefone, computador e impressora, além de

equipamento para reprodução de cópias para uso da coordenação. A estrutura física contempla ainda sala de docentes e sala para atendimento aos alunos com computadores com acesso à Internet, auditório amplo, laboratórios e 01 biblioteca. A unidade Universitária de Dourados possui vários blocos destinados às salas de aula, com espaço físico para coordenação de curso e equipamento para reprodução de cópias para uso da coordenação. Consta ainda na Unidade de Dourados espaço para sala de pós-graduação, anfiteatro e laboratórios.

14.2 Laboratórios

As Unidades Universitárias de Campo Grande e Dourados contam com laboratórios, para atender as atividades dos Cursos e também do Curso de Pedagogia e da Pós-graduação em Educação; no caso da Unidade de Campo Grande, há 04 laboratórios, além da vinculação ao Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade – (CELEMI). Em Dourados está implantado, em espaço específico, o Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – (CEPEGRE). Para execução da presente proposta, serão utilizados os Laboratório de informática das Unidades proponentes, com 35 computadores com acesso à internet.

14.3 Reprografia

As Unidades Universitárias de Campo Grande e Dourados dispõem de máquina fotocopidora própria. Os docentes serão atendidos mediante um sistema de distribuição de cota mensal e para os acadêmicos há um serviço terceirizado.

14.4 Equipamentos

Com relação a equipamentos para uso docente, para as atividades do curso de Especialização está disponível 01 (um) data-show, 01 (um) computador e 01 armário de aço, em cada uma das Unidades Universitárias.

14.5 Acervo Bibliográfico

A Divisão de Bibliotecas é composta pela Biblioteca Central em Dourados e as Bibliotecas das Unidades Universitárias. Seu acervo bibliográfico está distribuído na Sede e nas 14 Unidades ordenado por assunto de acordo com a Classificação Sistema *Dewey*, com descrição bibliográfica do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição e catalogação pela Tabe-

la “PHA” e está armazenado por ordem de classificação de assunto e, ainda por classificação do autor, seguido das iniciais dos títulos.

O acervo bibliográfico e de teses está todo informatizado (Sede e Unidades), sendo disponibilizado *on-line*. É utilizado o software “THESAURUS”.

A Biblioteca Central encontra-se em fase de informatização do acervo de materiais áudio-visuais e periódicos. Os empréstimos são realizados através de um leitor óptico, estando em estudo a implantação desse sistema nas demais unidades da UEMS.

O acervo da Unidade Universitária de Campo Grande conta com 7.360 títulos, desses, 1588 títulos são da área de humanas.

15. REFERÊNCIAS – Para a elaboração da proposta pedagógica do Curso

BRASIL. CNE. Resolução CEB n. 3, de 10 nov. 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p. 58.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. IPEA. Disponível em site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf Acesso em 20 Abr. 2016.

BRASIL. MEC;SEF. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC;SEF, 1998.

BRASIL. MEC;SEF. *Referenciais para Formação de Professores Indígenas*. Brasília: MEC;SEF, 2002.

BRASIL. Portaria MEC nº. 4.059/04. DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. *Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso*. 2008. 249f. Tese. (Doutorado em Educação – Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, V. M. (org). *O currículo nos limiões do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. 2. ed. Brasília: MEC;SEF;DPEF, 1994. (Cadernos de educação básica. Série institucional, 2).

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

DEMO, Pedro. Aprender com autoria. Disponível em: <http://dre-pj.com.br/educacaointegral/wp-content/uploads/2014/07/Pedro-Demo-Aprender-com-autoria-1.pdf>. 2012, p.2. Acesso em 01 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALAMARES. *Quadro geral da comunidade remanescentes de quilombos (CRQs)*. Disponível em: < http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/tABELA_CRQs_COMPLETA-Atualizada-31-12-15.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (orgs). *Indagações sobre o currículo: Diversidade e currículo*. Brasília: MEC;SEB, 2007, p. 18.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio-ago. 2004, p. 287.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

ANEXO I

QUADRO DE DOCENTES E DISCIPLINAS

N. º	Disciplina	Nome/Titulação	Relação/Curso/Instituição
---------	------------	----------------	---------------------------

01	Introdução ao AVA - Moodle	Edson Pereira de Souza	Técnico Efetivo Diretoria de Educação à Distância – UEMS
02	Educação, Gênero e Sexualidade	Dra. Léia Teixeira Lacerda MSc. Rosely Aparecida Stefanos Pacheco	Efetiva – UEMS
03	Metodologia da Pesquisa em Educação	Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira Dra. Nedina Roseli Martins Stein	Efetivas – UEMS
04	Currículo, Cultura e Diversidade	Dra. Maria José de Jesus Cordeiro Alves Dra. Léia Teixeira Lacerda	Efetiva – UEMS
05	Políticas Públicas e Programas de Inclusão para a Educação Étnico-Racial e de Gênero no Brasil	MSc. Rosely Aparecida Stefanos Pacheco Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro Dra. Léia Teixeira Lacerda Dra. Beatriz dos Santos Landa	Convocada na UEMS/UFGD Efetiva – UEMS Efetiva – UEMS
06	História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	Dra. Beatriz dos Santos Landa Dr. Wanderley Cardoso Dias Dra. Renata Lourenço	Efetiva – UEMS Convocado da SED
07	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	Dra. Maria de Lourdes Silva MSc. Cintia dos Santos Dállo	Cedida – SED/MS Convocada na UEMS/UFGD
08	Linguística Indígena	Dr. Adilson Crepaldi Dra. Onilda Sanches Nincao	Efetivo – UEMS Efetiva - UFMS/ Campus de Aquidauana
09	As Práticas Educativas e as Relações Étnico-Raciais e de Gênero na Escola	Dra. Beatriz dos Santos Landa Dra. Léia Teixeira Lacerda MSc. Rosely Aparecida Stefanos Pacheco Dra. Maria José de Jesus Cordeiro Alves MSc. Cintia dos Santos Dállo Dra. Maria de Lourdes Silva	Efetivas – UEMS Cedidas – SED/MS
10	Projeto Político Pedagógico das Escolas na Perspectiva da Educação Étnico-Racial e de Gênero	Dra. Maria José de Jesus Cordeiro Alves MSc. Cintia dos Santos Dállo Dra. Maria de Lourdes Silva Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira	Efetiva – UEMS Cedida – SED/MS Efetiva – UEMS
11	Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira	Dra. Maria Leda Pinto Dra. Eliane Maria de Oliveira Giacon Dr. Adilson Crepaldi	Efetivas – UEMS
12	Seminário de Pesquisa	Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira Dra. Nedina Roseli Martins Stein	Efetivas – UEMS
-	Trabalho de Conclusão de Curso	Todos os professores vinculados ao Curso atuarão como professores(as)/orientadores(as)	UEMS/UFMS e SED

ANEXO II

ANEXO B – QUADRO DEMONSTRATIVO PROFESSORES PESQUISADORES

Nº.	Nome/Titulação	Relação/Curso/Instituição
-----	----------------	---------------------------

01	Dr. Adilson Crepaldi	Efetivo – UEMS
02	Dra. Bartolina Ramalho Catanante	Efetiva – UEMS
03	Dra. Beatriz dos Santos Landa	Efetiva – UEMS
04	MSc. Cintia dos Santos Diallo	Contratada na UEMS/UFGD
05	Dra. Eliane Maria de Oliveira Giacon	Efetiva – UEMS
06	Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira	Efetiva – UEMS
07	Dra. Léia Teixeira Lacerda	Efetivas – UEMS
08	Dra. Maria Leda Pinto	Efetiva – UEMS
09	Dra. Maria de Lourdes Silva	Cedidas – SED/MS
10	Dra. Nedina Roseli Martins Stein	Contratada – UEMS
11	Dra. Maria José de Jesus Cordeiro Alves	Efetiva – UEMS
12	Dra. Onilda Sanches Nincao	UFMS/ Campus de Aquidauana
13	Dra. Sandra Cristina de Souza	Efetiva – UEMS
14	MSc. Rosely Aparecida Stefanos Pacheco	Efetiva – UEMS
15	Renata Lourenço	Efetiva – UEMS